PODER LEGISLATIVO

AL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

EXTRATO CONTRATO Nº: 009 / 2016 / SCCC / ALMT

A Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso torna público, para efeito da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações que efetuou a seguinte Contratação:

Espécie: Contrato nº 009/2016/SCCC/ALMT
 Contratada: Gráfica Do Preto - ME.
 Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de confecção de carimbos, presente no lote 01.
 Vigência: 12 (doze) meses.
 Valor: Item 01 R\$ 17,00; Item 02 R\$ 20,00; Item 03 R\$ 28,00; Item 04 R\$ 36,00; Item 05 R\$ 25,00; Item 06 R\$ 18,00; Item 07 R\$ 28,00; Item 08 R\$ 30,00; Item 09 R\$ 30,00; Item 10 R\$ 15,00;

Dot. Orç.: 3.3.90.39
 Ratificação: Mesa Diretora - 01/02/2016
 Presidente: Guilherme Maluf
 1º Secretário: Ondanir Bortolini - Nininho

EXTRATO CONTRATO Nº: 007 / 2016 / SCCC / ALMT

A Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso torna público, para efeito da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações que efetuou a seguinte Contratação:

Espécie: Contrato nº 007/2016/SCCC/ALMT
 Contratada: Gabriel Gonçalves De Miranda - ME.
 Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de chaveiro com confecção de chaves e consertos de fechaduras, com fornecimento de material, presentes no lote 02.
 Vigência: 12 (doze) meses.
 Valor: Item 01: R\$ 25,00; Item 02: R\$ 8,00; Item 03: R\$ 18,00; Item 04: R\$ 60,00; Item 05: R\$ 25,00; Item 06: R\$ 60,00; Item 07: R\$ 12,00; Item 08: R\$ 13,00; Item 09: R\$ 110,00; Item 10: R\$ 400,00; Item 11: R\$ 215,00; Item 12: R\$ 110,00; Item 13: R\$ 35,00; Item 14: R\$ 100,00; Item 15: R\$ 136,00; Item 16: R\$ 100,00; Item 17: R\$ 120,00; Item 18: R\$ 120,00; Item 19: R\$ 120,00; Item 20: R\$ 1200,00; Item 21: R\$ 120,00; Item 22: R\$ 50,00; Item 23: R\$ 150,00; Item 24: R\$ 50,00; Item 25: R\$ 50,00; Item 26: R\$ 50,00; Item 27: R\$ 50,00; Item 28: R\$ 30,00; Item 29: R\$ 200,00; Item 30: R\$ 30,00; Item 31: R\$ 50,00; Item 32: R\$ 50,00; Item 33: R\$ 50,00; Item 34: R\$ 20,00; Item 35: R\$ 50,00; Item 36: R\$ 30,00; Item 37: R\$ 40,00; Item 38: R\$; 50,00 Item 39: R\$ 10,00;

Dot. Orç.: 3.3.90.39
 Ratificação: Mesa Diretora - 01/02/2016
 Presidente: Guilherme Maluf
 1º Secretário: Ondanir Bortolini - Nininho

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 001, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.
Estabelece cronograma do exercício 2016, para o pagamento das verbas rescisórias devidas aos servidores exonerados e aposentados do Poder Legislativo.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 24 da Constituição Estadual e art. 32, II, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o cronograma para o pagamento das verbas rescisórias, no exercício 2016, de todos os servidores do Poder Legislativo exonerados ou aposentados, observados os seguintes valores:

I - Até R\$ 13.000,00 (treze mil reais), no mês de janeiro/2016;

II - Acima de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), no mês de fevereiro/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão à conta de dotação orçamentária própria, consignada na Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 12 de janeiro de 2016.

Dep. GUILHERME MALUF

Dep. ONDANIR BORTOLINI "NININHO"

Presidente

1º Secretário

PORTARIA MD Nº 045/2016

Institui a Atualização Cadastral Anual Obrigatória dos servidores públicos da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, e;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 143, inciso III, da Lei Complementar nº 04/1990 (Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais de Mato Grosso), que elenca como dever do servidor público estadual a observância das normas legais e regulamentares;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal e 145, §7º e §8º da Constituição Estadual, que disciplinam as vedações e exceções atinentes ao exercício cumulativo de cargos públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter em caráter permanente o controle sobre o exercício dos cargos/funções dos servidores que compõem a força de trabalho;

CONSIDERANDO que é dever dos servidores manter seus dados cadastrais, de natureza pessoal e funcional, atualizados, para uma gestão eficiente do órgão ou entidade.

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Instituir, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, a Atualização Cadastral Anual Obrigatória, com o objetivo de atualizar e ampliar os dados cadastrais, de natureza pessoal e funcional, dos seus servidores públicos.

Art. 2º Compete à Secretaria de Gestão de Pessoas, órgão central responsável pelo cadastramento e atualização cadastral dos servidores, em parceria com a Coordenadoria de Informática, o desenvolvimento da Atualização Cadastral Anual Obrigatória, a orientação de seus procedimentos, bem como a disponibilização de sistema, via *Internet*, para cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 3º Todos os servidores públicos em atividade, sejam eles efetivos ou exclusivamente comissionados, deverão proceder à Atualização Cadastral Anual Obrigatória, a partir do corrente exercício, com a finalidade de promover a atualização de seus dados cadastrais.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se também aos servidores afastados, licenciados e cedidos.

CAPÍTULO II

DA PRIMEIRA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL ANUAL OBRIGATÓRIA

Art. 4º A Primeira Atualização Cadastral Anual Obrigatória ocorrerá no ano de 2016, na modalidade presencial, consistindo na entrega pessoal dos documentos listados no Anexo I, por todos os servidores públicos ativos da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, mesmo aqueles que já o fizeram na ocasião da posse, na Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme cronograma estabelecido no Anexo II desta Portaria.

§1º Excepcionalmente será aceita a entrega dos documentos supracitados por procuração particular com firma reconhecida em cartório, nos seguintes casos:

I - servidor temporariamente impossibilitado, por motivos de saúde, de comparecer à Assembleia Legislativa, conforme laudo médico atualizado;

II - servidor ocupante do cargo de Assessor Parlamentar domiciliado em município diverso da sede da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

III - ausência declarada por férias, licenças ou afastamentos, comprovados por ato administrativo, devidamente autorizados.

§2º Ficam desobrigados da Primeira Atualização Cadastral Anual, os servidores que ingressarem no serviço público a partir de 01 de março de 2016.

CAPÍTULO III

DAS DEMAIS ATUALIZAÇÕES CADASTRAIS ANUAIS OBRIGATÓRIAS

Art. 5º A partir do ano de 2017, a Atualização Cadastral Anual Obrigatória deverá ser realizada, via *Internet*, no período de 01 de março a 30 de abril de cada ano.

§1º Todos os servidores públicos ativos da Assembleia Legislativa de Mato Grosso deverão acessar ao *site* da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (www.al.mt.gov.br), durante o período referido no *caput* deste artigo, confirmando os dados constantes do sistema de cadastro quando inalterados, ou alterá-los em caso de quaisquer mudanças.

§2º No caso de confirmação dos dados, o sistema gerará um protocolo, o qual deverá ser impresso pelo servidor, servindo este de comprovante da atualização.